

**Parecer nº 164/99**

Data: 1999.10.20

Processo nº 637

**Requerente:** Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Gestão de Santarém (ESGS).

**I - Os Factos**

1. Fernando Neves Gomes, advogado, “na qualidade de mandatário” de Florinda Maria Neto Matos e outros (linha 2 do corpo do requerimento e dois últimos parágrafos), requereu ao abrigo do artigo 63 nº 2 do Decreto-Lei 84/84, de 16 de Março e artigo 82º nº 1 do Decreto-Lei 267/85, de 16 de Julho, a consulta e passagem pela ESGS de certidões do teor integral do “processo de admissão de equiparado a assistente para a área científica de gestão, sub-área de marketing” e ainda a passagem de certidões de teor integral da acta da reunião do Conselho Científico que determinou a abertura do concurso e das actas nºs 148 e 149, das actas do júri nomeado nas reuniões a que correspondem estas actas para apreciação dos candidatos referentes ao concurso em causa, da acta do Conselho Científico que aprovou a contratação do docente escolhido e certidão do respectivo contrato (ponto 9 do requerimento).
2. O exame directo e as certidões dos documentos referidos visam a preparação e uso de meios de conformação de processo jurisdicional, referindo o advogado expressamente que tal tem como fim “permitir o uso de meios contenciosos” (parte final do corpo do requerimento).

3. A dúvida do Presidente do Conselho Científico sobre a “possibilidade de revelação dos documentos” ao advogado requerente, tem que ver com o facto de este agir “em nome próprio, arguindo a qualidade de mandatário” (parte inicial do ponto 1), afirmação qualificativa que reforça nos pontos 2 e conclusão (“em nome próprio e não em nome dos que argue representar” embora, simultaneamente, aceite a sua qualidade de mandatário, referindo que a questão incide na falta de exibição de procuração forense (ponto 3 e conclusão: “não juntou, nem exibiu procuração forense”).

## II - Análise factual do requerimento do advogado

1. Colocando-se a questão de apurar a qualidade em que o advogado age, se em nome próprio, se como procurador, dado que o pedido de parecer da Escola Superior de Gestão não o esclarece, argumentando com as duas qualidades, há que referir que, pelo teor do requerimento, se constata que o advogado em causa age como mandatário das personalidades que indica.
2. Coisa diferente é saber se lhe basta invocar essa qualidade e o seu estatuto de advogado, ou se deve, se requerido para o efeito, demonstrar a qualidade de procurador dos directos interessados no processo, o que, no caso, não ocorreu.

## III – O Direito

1. É patente que, ao abrigo da legislação invocada pelo causídico, ele tem direito de acesso à documentação requerida, com os meios jurisdicionais de impugnação da recusa da sua comunicação previstos na mesma legislação.
2. Nos termos da Lei 65/93, de 26 de Agosto, ele, quer por si, enquanto cidadão, quer em representação dos directamente envolvidos no processo administrativo de concurso, tem também direito de acesso através do exame do processo e da obtenção das certidões referidas no requerimento.

3. Agindo naquela qualidade de representante das pessoas directamente envolvidas no processo administrativo de concurso o acesso não lhe poderia ser negado mesmo que os dados a que pretende aceder fossem pessoais nos termos e para os efeitos da Lei 65/93, de 26 de Agosto. Já não seria assim se agisse em nome próprio, pois, independentemente da sua qualidade de advogado, sempre seria um terceiro, sofrendo restrições ou condicionamentos, mesmo que porventura ultrapassáveis, no acesso a documentos nominativos alheios.
4. Ao abrigo do artigo 82º nº 1 do DL 267/85, de 16 de Julho, tem que demonstrar a qualidade de procurador forense, se solicitado para tal. Já ao abrigo da Lei 65/93, de 26 de Agosto, aqui também aplicável, e inexistindo dados pessoais no sentido desta lei, é indiferente que invoque e demonstre a qualidade do procurador. Na verdade, nessas circunstâncias, ele tem direito de acesso aos documentos em causa, independentemente de ser ou não advogado, e sendo-o, de ter ou não procuração de pessoas directamente envolvidas no processo. Uma vez que, apesar de ele invocar a qualidade de procurador forense, a escola se nega a reconhecê-la sem exibição da respectiva prova documental, será considerado para efeitos da Lei do Acesso aos Documentos Administrativos como entidade que age em seu nome e é nessa conformidade que se emite o parecer.

#### Parecer

A CADA é de parecer que a Escola Superior de Gestão de Santarém deve permitir o exame e passar as certidões dos documentos atrás identificados, solicitados pelo Senhor Dr. Fernando Neves Gomes.

Lisboa, 20 de Outubro de 1999.

*Narana Coissoró (Relator) – José Magalhães – Silva Marques – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)*